



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000397-06.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Itajaí

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 11/2016-CGJ

Período da correição: de 2 de maio a 4 de julho de 2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Itajaí

Unidade: 2ª Vara Cível

Municípios integrantes: Itajaí

Juiz titular: Ana Vera Sganzerla Truccolo

Chefe de cartório: Naliete Polonia de Souza

Última correição por equipe da CGJ/SC: (de 22-4-2013 a 4-6-2013) (Autos n. 0010606-39.2013.8.24.0600)

Competência: Resolução N. 11/2011-TJ: "[...] Art. 3º As 4 (quatro) Varas Cíveis da comarca de Itajaí terão competência concorrente para: I - processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e b) as sucessões entre maiores e capazes. II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. § 1º Fração dos processos descritos na alínea "a" do inciso I deste artigo, e das cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essa matéria, atualmente em tramitação na 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis, serão redistribuídos proporcionalmente para a 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí. § 2º As sucessões entre maiores e capazes, atualmente em tramitação na Vara da Infância e da Juventude e Anexos da comarca de Itajaí, serão redistribuídas igualmente entre as 4 (quatro) Varas Cíveis e não serão consideradas no cômputo descrito no parágrafo anterior.[...]"

Entrância: especial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	7.470
1.1.2	Processos em andamento	7.289
1.1.3	Procedimentos em andamento	181
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.837
1.2.2	Processos em andamento	2.672
1.2.3	Procedimentos em andamento	165
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	1187	845	2.032
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 29-7-2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.706	142,17
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.604	133,67
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	733	122,17
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	1.288
Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Encerramento do Ato	782
1.5.1.2	Concluso para Despacho	190
1.5.1.3	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	1
1.5.1.4	Concluso para Despacho Inicial	1
1.5.1.5	Concluso para Despacho Saneador	224



1.5.1.6	Concluso para Julgamento Antecipado	27	
1.5.1.7	Concluso para Sentença	59	
1.5.1.8	Recebido Distribuição	1	
	Processo Físico – Processo		
1.5.1.9	Ag. Impressão – Vara	2	
1.5.1.10	Redistribuído/Transferido	1	
1.5.1.11	Observações		
<p>a) Informações obtidas em 29-7-2016.</p> <p>b) Na data de 29/7/2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 12-5-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: Não há processos nessa fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 12 processos na fila. O mais antigo data de 22-7-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 68 processos na fila. O mais antigo data de 20-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 9 processos na fila. O mais antigo data de 22-7-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 31 processos na fila. O mais antigo data de 28-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: Não há processos nessa fila.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 5 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos, por amostragem. Verificou-se que em 4 (0001079-81.2014.8.24.0033, 0301221-75.2015.8.24.0033, 0305203-34.2014.8.24.0033 e 0304634-33.2014.8.24.0033) há decisão determinando o arquivamento mas não certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ), e em 1 (0502702-60.2013.8.24.0033) não há decisão determinando o arquivamento e não há certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (0002280-55.2007.8.24.0033, 0308803-29.2015.8.24.0033, 035884-67.2015.8.24.0033, 0305506-14.2015.8.24.0033, 0300592-04.2015.8.24.0033), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p> <p>Fila Petição intermediária</p> <p>b.9) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 236 petições pendentes de análise e andamento, sendo a data mais antiga 25-6-2016.</p> <p>b.10) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 137 petições pendentes de juntada e andamento, sendo a data mais antiga 10-5-2016.</p>			

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	1.283	826
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		16,55%	10,66%
1.6.1.2	Observações			
<p>a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. (fls. 29-30)</p> <p>b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. (fls. 55-56)</p> <p>c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).</p>				



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		1.496	13
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		18	13
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		451	642
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se aplica	
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.			
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 25-4-2016. (fls. 31-44) a.1) Item 1.6.5: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 27-7-2016. (fls. 57-73) b.1) Item 1.6.5: dados do mês de junho de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		717	146
	Peticionamento eletrônico		34	10
	Mandados		1	0
	AR		121	57
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016. (fl. 46)				
b) Segunda verificação em 29-7-2016. (fl. 74)				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	21	25
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 25-4-2016. (fls. 47-48)				
b) Segunda verificação em 29-7-2016. (fls. 75-76)				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Petição Inicial – Ag. Digitalização	2	2	0	0
1.6.11.2	Ministério Público	0	0	7	0
1.6.11.3	Observações				
a) Primeira verificação em 25-4-2016. (fl. 49)					
b) Segunda verificação em 29-7-2016. (fl. 77)					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	1.725		1.013	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Francielli Stadtober Borges Agacci)	5	5	0	0
1.6.12.2	Juiz (José Agenor de Aragão)	221	19	0	0
1.6.12.3	Juiz (Manoelle Brasil Soldati)	44	44	0	0
1.6.12.4	Juiz (Márcia Krischke Matzenbacher)	460	460	0	0
1.6.12.5	Juiz (Milena Souza de Almeida)	10	10	2	2
1.6.12.6	Juiz (Pedro Walicoski Carvalho)	45	45	1	1
1.6.12.7	Juiz (Rafael Espíndola Berndt)	2	2	0	0
1.6.12.8	Juiz (Shirley Tamara Colombo de Siqueira Woncce)	806	0	8	2
1.6.12.9	Juiz (Ana Vera Sganzerla Truccolo)	0	0	834	0
1.6.12.10	Contadoria	10	1	53	0
1.6.12.11	Distribuição	3	0	43	1
1.6.12.12	Ministério Público	1	0	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.13	Advogado	112	46	66	6
1.6.12.14	Perito	6	3	6	1
1.6.12.15	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. (fl. 50)				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. (fl. 78)				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	3	2	6	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	310	40	203	146
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	54	17	105	33
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	31	25	12	10
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	412	325	569	261
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	44	43	22	12
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	606	228	498	387
1.6.13.8	Cartório – arquivar	153	37	128	66
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	83	42	194	90
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	26	1	1	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	0	0	1	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do juiz	0	0	0	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do promotor	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	100	75	71	71
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	84	9	59	5
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	136	104	123	32
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	1	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	191	143	175	97
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	75	64	92	68
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	4	3	7	3
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	586	258	38	1
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	58	23	10	1
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	3	2	2	2
1.6.13.32	Observações				
	a) Primeira verificação em 25-4-2016. (fls. 51-53)				
	b) Segunda verificação em 29-7-2016. (fl. 79-84)				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.			
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros			
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC		
1.7.8	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica
		Definitivo		
1.7.9.1	Réu preso - total			
1.7.9.2	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade.				

1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.		Não se aplica	
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.			
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).			
1.7.13	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade.				



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não se aplica	
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória		
1.8.5	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade				



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNECJ.	Não se aplica	
1.9.1.1	Observações			
a) Não se aplica em face da competência da unidade.				



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 01 de agosto de 2016.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829

André Pacheco
Analista Jurídico - M20683